

O GIGANTE ENVERGONHADO

Perdido entre lendas fabulosas e pesadelos para seus moradores, o Edifício América, ex-Martinelli, primeiro arranha-céu de São Paulo e um dos mais famosos do país, entra esta semana, com quase cinquenta anos de vida, num momento decisivo: a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) encaminhará à câmara de Vereadores projeto propondo uma reforma, a ser feita com a ajuda dos condôminos que tenham condições financeiras e a desapropriação dos demais. Para avaliar o estado do Martinelli e as aspirações de seus frequentadores e moradores, tidos como “marginais” pela maior parte da população, o editor de VEJA, Geraldo Mayrink, percorreu durante dois dias os trinta andares do prédio. Seu relato: “No centro de São Paulo, onde o metro quadrado de terreno vazio custa 7 000 cruzeiros, o silêncio impera 24 horas por dia, 130 metros acima do solo. Dali, contemplando a cidade de 1 milhão de habitantes, as mais nobres famílias tomavam chá nas décadas de 30 e 40, encarapitadas no maior arranha-céu da América Latina e no mais sólido e orgulhoso monumento ao poderio econômico dos imigrantes italianos. Hoje, cercado de prédios mais novos e mais altos, de um lado, e pelas edificações menores espalhadas até a linha do horizonte, de outro, os dois andares do terraço do Edifício Martinelli são varridos pela ventania que só não levou os fragmentos de mármore, portas de ferro, paredes esverdeadas de abandono, salões e salinhas que convidavam ao devaneio e, agora ao espanto.

Embaixo, longe dessa torre medieval que evoca fantasmas e tradições soterradas ao longo de quatro décadas, uma horda de 5 000 pessoas – vendedores, empregados de escritório, estudantes – disputam 24 horas por dia uma vaga num dos três dos treze elevadores que ainda servem o prédio. É uma multidão anônima e apressada: anda em disparada pelos corredores escuros para escapar aos variados odores que saem das latas de lixo e dos pequenos córregos de água e urina que brotam nos primeiros andares. Minado desde a base turbulenta até o teto cheio de lembranças a partir do momento que as famílias fugiram do centro da cidade, o prédio mergulhou num poço sem fundo de miséria, sujeira e inquietações. E a tosca salinha de madeira na entrada principal avisa logo os visitantes e moradores que não devem alimentar nenhuma esperança sobre sua segurança pessoal: “Nesta portaria não se guarda nada”.

Um bom lugar – Este gigante de 46 000 metros quadrados construídos e trinta andares de tamanhos e usos desiguais transformou-se, assim numa mancha cravada no coração financeiro da cidade e um assunto favorito para arquitetos, sociólogos, historiadores da arte, cronistas sociais aposentados, especuladores imobiliários – e, principalmente, para as 520 pessoas que até a semana passada moravam permanentemente em seus “apartamentos”, eufemismo para designar cômodos que foram retalhados sucessivamente para alojar mais e mais gente. Hoje, o Martinelli tem sessenta salões (quase todos vazios), 960 salas e 365 dependências, abrigando uma população que a própria polícia, num levantamento feito em março último, não conseguiu classificar em sequer 50% do total. Trata-se, num preconceito generalizado tanto na rica zona financeira que rodeia o prédio como nos bairros populares da cidade, de cidadãos de segunda ou terceira categoria, nelas incluídos os trinta “invasores” que todas as noites entram lá para dormir ou fazer coisas até piores do que isso.

De fato, o Martinelli está adormecido numa outra cama – a da má fama –, muito embora a maioria das pessoas que ali moram ou trabalham seja não mais do que moradores e trabalhadores. O exemplo de um deles ajuda a explicar esta fama. No 18.º andar, numa única e sóbria sala que lhe custa 300 cruzeiros por mês de aluguel mora a lavadeira Vicência Caldeira, seu marido e dez filhos, de idade entre 14 anos e 4 meses. Ela divide a cozinha do corredor com outros moradores, acha a vizinhança “ótima” e o prédio “muito bom, apesar de meio frio”. Seu maior elogio ao prédio, porém é outro, e poderia ser repetido em coro pela maioria dos moradores: “Daqui não saio. Se sair, para onde eu vou?”

Fausto e anonimato – Por causa dessa falta de rumo de seus moradores é que o Martinelli parece um espelho, fixado no centro, das populações pobres que vão sendo expulsas para as periferias das grandes cidades. O professor Lúcio Kovarick, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, coordenou em 1973 um trabalho piloto sobre o prédio e tira uma conclusão da experiência: “A deterioração dos centros das cidades é um fato e o Martinelli não é uma exceção neste processo”. E, na sua opinião, não se vive pior ali do que entre os 650 000 moradores de cortiços ou os 200 000 favelados da cidade. Politicamente, o prédio teve uma trajetória curiosa: do “fausto fascista” de que ele seria exemplo, segundo Kovarick, transformou-se numa comunidade de trabalhadores autônomos e de artífices, “uma verdadeira amostragem da atividade pré-capitalista”, em vias de extinção.

Com tamanho interesse para estudiosos da ciência política, o Martinelli não mereceu, porém, a mesma atenção de historiadores da arte ou do patrimônio. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat) não encontrou nenhum espaço no seu quilométrico nome para guardar algo sobre o Martinelli. O arquiteto Luiz Saia, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é ainda mais drástico: “Só temos documentação sobre bens tombados ou em vias de tombamento, e este não é o caso do prédio. O Martinelli não é um marco na arquitetura tradicional da cidade. É um acontecimento”. Esta também é a opinião contida no livro “Architettura Italiana a San Paolo”, publicado em São Paulo em 1953, onde ele merece seis miseráveis linhas em 106 páginas de texto. As autoras, Emma Debenedetti e Anita Salmoni, consideraram que o Martinelli não tinha outros méritos “além do de ter sido o primeiro arranha-céu da cidade”.

A lenda subida – Para a paulicéia dos anos 20 e 30 esse arranha-céu foi, realmente, um acontecimento sem precedentes. O projeto original, de quinze andares, foi apresentado à Prefeitura em 1922 por Giuseppe Martinelli, dono de uma casa bancária no Rio e de navios do Lloyd Nacional (“por onde o dinheiro entrava pelas escotilhas”, segundo se comentava na época). Ele queria dotar a cidade de algo grandioso e fez pessoalmente o desenho do que deveria ser sua obra-prima. A construção, em terreno arenoso, foi lenta e acidentada. Em 1927, a firma construtora pediu falência. Surgiram fissuras nos prédios vizinhos, todos antigos, e Martinelli teve que empatar mais dinheiro comprando-os, demolindo-os e dobrando horizontalmente o tamanho da obra.

Não satisfeito, o dono quis se expandir também para cima, acrescentando mais andares e pedindo dinheiro emprestado dentro e fora do país. Nomeou em seguida seu sobrinho, Ítalo Martinelli, engenheiro recém-formado, que mal soube definir o que estava

construindo: “É uma obra de estilo incerto, talvez toscano”. E, três anos depois de começada a construção, desabou sobre o cabeça da família Martinelli uma última desgraça: a Prefeitura mandou interditar a obra por causa de seu crescimento excessivo e não autorizado.

Sem rivais – O sonho de Martinelli ameaçou ficar pela metade quando dois dos três peritos nomeados para vistoriar o prédio concluíram que seus andares suplementares eram inseguros. “Eu salvei o homem”, diz o terceiro desses peritos e única voz discordante, o arquiteto Christiano Stockler das Neves. Aos 86 anos, o ex-prefeito de São Paulo (seis meses no cargo em 1947) continua trabalhando no seu prédio, o Sampaio Moreira, construído a 300 metros do Martinelli em 1924 e funcionando lustrosamente, ao contrário do monumento que ele ajudou a salvar com seu laudo. Stockler reivindica para seu prédio, de 54 metros e catorze andares, o título de primeiro arranha-céu da cidade. E seu juízo sobre o rival (“Bonito, é bonito...”) soa como um hino de louvor na boca do homem que acha São Paulo “a cidade de arquitetura mais monstruosa do mundo”.

Assim, salvo e pronto nos fins da década de 20, o Martinelli foi oficialmente entregue à população em 1934. A maioria desta população, porém, só podia admirar as suas fachadas de tijolo cor-de-rosa da rua. O hotel São Bento oferecia sessenta luxuosos apartamentos. Funcionava uma barbearia “sem similares nem em Paris”, justamente o Salão Paris, e os elevadores eram emoldurados em mármore de Carrara. Havia cassino e muita vida pelos seus corredores: no 25.º andar, por exemplo, conviviam polidamente as sedes dos partidos comunista e integralista. Para garantir a freqüência aos salões de chá, exigia-se uma consumação mínima de 1 500 réis (era quanto ganhava por dia um lavrador da época). E, no 27.º andar, Giuseppe Martinelli admirava a cidade do alto de seu sonho de concreto.

A rápida queda – A serpente infiltrada nesse paraíso de aristocratas começou a se manifestar uma década depois, com a II Guerra Mundial, a maior austeridade nos costumes, o começo do êxodo do centro e o fechamento dos cassinos. Martinelli vendeu então todo o prédio a um banco italiano e, em 1947, confiscado pelo governo brasileiro como dívida de guerra, ele foi posto em leilão e arrematado pelo Banco da América (hoje incorporado ao Itaú, ainda o dono de seis andares no Martinelli e cujo ex-diretor geral, Olavo Egydio Setúbal, é o atual prefeito de São Paulo). Rebatizado de América e revendido a inúmeros particulares, começou então sua descida aos infernos da desvalorização econômica e da desmoralização. Hoje, ele é um confuso condomínio de 103 proprietários, pelo menos três subzeladorias que brigam entre si e uma quarta zona de influência, os andares do Itaú, que ganharam paredes para isolá-los do contágio do resto do prédio.

Entre esta centena de donos, pelo menos quinze (incluindo bancos como o Nacional, o Real e o Bandeirantes) possuem mais de 1 000 metros quadrados. O hotel São Bento, embora com a maior parte de seus quartos fechados, entra com 5 600 metros quadrados dos quase 10 000 estimados como propriedade do banqueiro Abrahão Zarzur (que devia ao condomínio, em abril, 10 000 cruzeiros) e tudo como o maior proprietário do prédio, provando sua condição com avisos afixados em várias dependências. No elevador, adverte que os usuários estão nele “por favor do dono” e na portaria faz um apelo:

“Tenham paciência para o problema da falta de luz em alguns apartamentos. O sr. Zarzur é seu amigo”.

O salvador e os invasores – A conta mensal de luz, em torno de 28 000 cruzeiros mensais, e a da água, de 33 000, consomem boa parte do orçamento de 150 000 cruzeiros gastos pelo prédio para sua manutenção, com um déficit mensal quase invariável de 40 000 por mês. Consomem também a maior parte do dia do administrador – zelador do prédio, Alfonso Chongor, 55 anos, engenheiro químico nascido na Hungria e que mora sozinho no 23.º andar, cercado de muitos livros.

Desde pequeno ele admirava de fora a beleza rósea do Martinelli, chegando ao seu interior há dezessete anos, como hóspede do hotel, e à penosa e discutível hierarquia máxima há um ano, quando recebeu o cargo, “por unanimidade dos donos”, e um total de 400 000 cruzeiros de contas a pagar. “Fiz isso por amor ao prédio”, diz ele. “Achava que era possível salvá-lo”.

Ainda acha, mas discursa com eloqüente revolta contra os “maloqueiros”, tratamento que dá “a essa gente incivilizada que atira detritos e cocô pela janela”, e contra os antigos administradores, incapazes de impedir até que um elevador inteiro fosse retirado do terraço. Sobre sua gestão, recebida no começo com grandes esperanças pelos moradores, há agora divergências radicais. Miguel Galhardo, 49 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo, diz que ele é “uma pessoa dinâmica, que desempenha seu mister com especial denodo”, muito embora Galhardo tenha várias vezes subido a pé até o seu andar, o 24.º. Já Roberto Palhuço, 57 anos, há 35 no prédio, dono de duas salas no 10.º andar e comerciante de amianto, afirma que Chongor “nada fez pelo edifício, mas endireitou sua vida, ganhando 11 000 cruzeiros por mês”.

Chongor, porém, se considera “um mero pegador de contas” e do alto do terraço, “esta beleza”, ele compara a invasão do prédio à que os conquistadores europeus empreenderam na América Latina, “onde faziam o que bem entendessem”. E cita, em latim (uma das cinco línguas que conhece), o lema desses conquistadores: “Sub aequinoctialem non peccavit” (isto é, “Não existe pecado do lado debaixo do Equador”).

Rapazes educados – Todo o latim de Chongor poderia ser gasto na descrição dos pecados do Martinelli, mas a língua do dinheiro seria certamente mais apropriada. A desvalorização do prédio, imposta artificialmente pelos donos, acabaria gerando uma intervenção municipal: uma reforma elevaria astronomicamente os preços e então os moradores fixos, como acontece na maioria das cidades, seriam expulsos do centro para locais afastados.

Certamente o Martinelli, habitado por essas pessoas, cheira mal e seu cor-de-rosa externo encardiu, mas ele parece ainda longe de ser a Chicago vertical que muitos imaginaram. É, porém, um conglomerado humano peculiaríssimo, quase uma cidade dotada de vida própria. Abriga escolas, sindicatos, bares, alfaiatarias, e a Federação de Blocos Carnavalescos.

Ao lado de escritórios abandonados, falta de mangueiras para incêndios, poucas escadas de acesso e outras deficiências (o Corpo de Bombeiros pediu sua interdição em março

último), ainda mantém vestígios de seu antigo brilho no teto original do 22.º andar, no mármore que sobrevive nas paredes do 18.º ou na decoração da Associação Brasileira de Ópera, no 10.º, que porém fica fechada a maior parte do tempo. Os donos dos dois bares do prédio, no 22.º e 13.º, que funcionam de 8 da manhã às 10 da noite, faturando até 600 000 cruzeiros nas sextas-feiras, moram no prédio e declaram que jamais tiveram problemas com sua clientela. A “alta rotatividade” de algumas dependências do edifício, enfim, não pode ser controlada pelo único porteiro que permanece de plantão à noite, e muito menos a frequência ao 15.º andar, onde existe uma pensão de rapazes.

Um deles, de peruca loura e terninho bege, mantinha na noite de quinta-feira passada um diálogo cordial e sorridente com um policial à porta de prédio, a respeito da necessidade de sair à noite com documentos. Comentou o policial: “É um bom rapaz, tão educadinho que dá gosto. E, olha, assim no escuro, a gente até engole ele”. Sem dúvida, o Martinelli está tranqüilamente plantado do lado de baixo do Equador.

Crédito: Revista Veja/Editora Abril

Fonte: Revista *Veja*, edição 347, 30 abr. 1975, p.62-64-65